



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

048. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR MUNICIPAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Inscrição _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **03**.

A conspiração dos imbecis

O Castelo Sforzesco, em Milão, preserva tesouros da arte italiana, como a Pietà Rondanini, de Michelangelo. Um dos sóbrios edifícios residenciais em frente ao castelo abriga outro tesouro italiano: Umberto Eco, filósofo, crítico literário e romancista traduzido em mais de quarenta idiomas. O autor de *O Nome da Rosa*, romance ambientado na Idade Média que vendeu mais de 30 milhões de exemplares, lançou neste ano *Número Zero* – que chega ao Brasil nesta semana, pela Record –, um retrato crítico do jornalismo subordinado a interesses políticos. Na casa milanese, onde conserva uma biblioteca de 30 000 livros (há outros 20 000 em sua residência em Urbino), Eco, 83 anos, recebeu VEJA para falar de jornalismo, internet, conspirações e, claro, literatura.

VEJA: Foi um estrondo a sua declaração, em uma cerimônia na Universidade de Torino, de que a internet dá voz a uma multidão de imbecis. O que o senhor achou da dimensão que o assunto tomou?

ECO: As pessoas fizeram um grande estardalhaço por eu ter dito que multidões de imbecis têm agora como divulgar suas opiniões. Ora, veja bem, num mundo com mais de 7 bilhões de pessoas, você não concordaria que há muitos imbecis? Não estou falando ofensivamente quanto ao caráter das pessoas. O sujeito pode ser um excelente funcionário ou pai de família, mas ser um completo imbecil em diversos assuntos. Com a internet e as redes sociais, o imbecil passa a opinar a respeito de temas que não entende.

VEJA: Mas a internet tem seu valor, não?

ECO: A internet é como Funes, o memorioso, o personagem de Jorge Luis Borges: lembra tudo, não esquece nada. É preciso filtrar, distinguir. Sempre digo que a primeira disciplina a ser ministrada nas escolas deveria ser sobre como usar a internet: como analisar informações. O problema é que nem mesmo os professores estão preparados para isso. Foi nesse sentido que defendi recentemente que os jornais, em vez de se tornar vítimas da internet, repetindo o que circula na rede, deveriam dedicar espaço para a análise das informações que circulam nos sites, mostrando aos leitores o que é sério, o que é fraude.

(Eduardo Wolf. Disponível em <http://veja.abril.com.br>. Acesso em 07.07.2015. Adaptado)

- 01.** O trecho inicial, que antecede a conversa entre VEJA e Eco, tem a função de
- (A) apresentar Umberto Eco como um relevante pensador contemporâneo, que opina sobre o papel do jornalismo e da internet.
 - (B) desqualificar o filósofo italiano, Umberto Eco, que, sem ser jornalista, opina sobre o jornalismo e a internet.
 - (C) lembrar ao leitor da entrevista os nomes de dois livros entre os milhares já escritos pelo italiano, Umberto Eco.
 - (D) comparar Umberto Eco, filósofo, crítico literário e romancista, ao renomado compatriota Michelangelo.
 - (E) demonstrar a importância de Umberto Eco para os italianos, por morar em frente ao Castelo Sforzesco, em Milão.
- 02.** O título do texto tem seu sentido fundamentado na frase:
- (A) Um dos sóbrios edifícios residenciais em frente ao castelo abriga outro tesouro italiano: Umberto Eco.
 - (B) Não estou falando ofensivamente quanto ao caráter das pessoas.
 - (C) Com a internet e as redes sociais, o imbecil passa a opinar a respeito de temas que não entende.
 - (D) Sempre digo que a primeira disciplina a ser ministrada nas escolas deveria ser sobre como usar a internet...
 - (E) ... os jornais, em vez de se tornar vítimas da internet, repetindo o que circula na rede, deveriam dedicar espaço para a análise das informações...
- 03.** No trecho – A internet é **como** Funes, o memorioso, o personagem de Jorge Luis Borges: lembra tudo, não esquece nada. – o sentido expresso pela conjunção destacada é de
- (A) explicação.
 - (B) comparação.
 - (C) retificação.
 - (D) contraste.
 - (E) finalidade.

Leia o texto para responder às questões de números **04 a 07**.

Se o olho não vê o bolso não sente

O ser humano é um animal cooperativo por natureza. Mas em todas as sociedades a desigualdade corre solta. Alguns acabam mais ricos que outros. Faz séculos que os cientistas tentam descobrir os comportamentos que provocam a desigualdade. Uma nova rota de investigação consiste em usar jogos cuidadosamente desenhados para observar o comportamento do ser humano durante sua interação social. Em um novo experimento, os cientistas demonstraram que o simples fato de um indivíduo observar a desigualdade existente no grupo induz comportamentos que aumentam a desigualdade. [...]

A conclusão é que nosso comportamento provoca a desigualdade mesmo quando as pessoas partem de uma situação de total igualdade. Mas, quando a desigualdade já existe, ela tende a aumentar rapidamente quando podemos nos comparar com os demais. Em suma, inveja e exibicionismo provocam comportamentos que aumentam a desigualdade entre os homens. Como diria minha avó: grande novidade.

(Fernando Reinach. **O Estado de S. Paulo**. *Metrópole*, 24.10.2015. Adaptado)

04. Em relação às investigações sobre desigualdade relatadas no texto, a frase final – Como diria minha avó: grande novidade. – expressa

- (A) repreensão.
- (B) surpresa.
- (C) retificação.
- (D) euforia.
- (E) descaso.

05. Leia a frase:

Em suma, inveja e exibicionismo provocam comportamentos que aumentam a desigualdade entre os homens.

Sem alteração do sentido da frase, a expressão destacada pode ser substituída por:

- (A) Em síntese.
- (B) Ao contrário.
- (C) Por exemplo.
- (D) Com certeza.
- (E) Sem problema.

06. No título do texto – Se o olho não vê o bolso não **sente** –, o verbo destacado tem o mesmo sentido que na frase:

- (A) Telefonei-lhe para dizer que **sentia** muito, mas não iria ao cinema com ele.
- (B) Quando jovens, **sentimos** que nossa vida é infinita...
- (C) Durante muito tempo, **sentiremos** os efeitos provocados pela crise econômica.
- (D) O místico me disse que **sentia** a presença dos espíritos a sua volta.
- (E) O rapaz **sentiu** que devia apressar-se para não chegar atrasado à reunião.

07. Leia o trecho:

Em um novo experimento, os cientistas demonstraram que o simples fato de um indivíduo observar a desigualdade existente no grupo induz a comportamentos que aumentam a **desigualdade**.

Assinale a alternativa que reescreve, corretamente, a expressão destacada de acordo com a norma-padrão de emprego e de colocação pronominal.

- (A) Em um novo experimento, os cientistas demonstraram que o simples fato de um indivíduo observar a desigualdade existente no grupo induz comportamentos que aumentam-na.
- (B) Em um novo experimento, os cientistas demonstraram que o simples fato de um indivíduo observar a desigualdade existente no grupo induz comportamentos que aumentam-lhe.
- (C) Em um novo experimento, os cientistas demonstraram que o simples fato de um indivíduo observar a desigualdade existente no grupo induz comportamentos que lhe aumentam.
- (D) Em um novo experimento, os cientistas demonstraram que o simples fato de um indivíduo observar a desigualdade existente no grupo induz comportamentos que a aumentam.
- (E) Em um novo experimento, os cientistas demonstraram que o simples fato de um indivíduo observar a desigualdade existente no grupo induz comportamentos que aumentam-la.

Leia o texto para responder às questões de números **08 a 10**.

O papel da tecnologia

Há muitas e muitas décadas – para não dizer séculos –, a humanidade tenta decifrar o impacto do avanço tecnológico em nossa vida. A razão é clara: as novas tecnologias são, a um tempo, motivo de alegria e tristeza, dependendo do ângulo por que se olhe. Por um lado, o avanço das técnicas torna ultrapassadas inúmeras empresas e uma multidão de trabalhadores. Por outro lado, – e que ninguém duvide disso –, é a força primeira que faz o mundo andar. [...]

A tecnologia também cria novos desafios e causa mudanças comportamentais que provocam discussão. Desde o domínio do fogo e das primeiras ferramentas de pedra, as conquistas humanas apresentam a característica de modificar nossos hábitos – nem todos para melhor. Mas são inegáveis os avanços proporcionados pela evolução técnica.

(Carta de **Exame**. São Paulo: Editora Abril. ed. 1092, 24.06.2015. Adaptado)

08. Leia a frase:

A razão é clara: as novas tecnologias são, a um tempo, motivo de alegria e tristeza, dependendo do ângulo por que se olhe.

Assinale a alternativa em que, alterando-se a ordem das palavras, a frase está pontuada corretamente, com preservação do sentido original do texto.

- (A) A razão é clara: a um tempo as novas tecnologias são, dependendo do ângulo por que se olhe motivo de alegria e tristeza.
- (B) As novas tecnologias – a razão é clara – dependendo do ângulo por que se olhe a um tempo, são motivo de alegria e tristeza.
- (C) Dependendo do ângulo por que se olhe as novas tecnologias, a um tempo são motivo de alegria e tristeza: a razão é clara.
- (D) A razão é clara: as novas tecnologias, dependendo do ângulo por que se olhe, são, a um tempo, motivo de alegria e tristeza.
- (E) A um tempo a razão é clara; dependendo do ângulo por que se olhe, as novas tecnologias são motivo de alegria e tristeza.

09. Observe o trecho:

Há muitas e muitas décadas – para não dizer séculos –, a humanidade **tenta** decifrar o impacto do avanço tecnológico em nossa vida.

Assinale a alternativa em que a substituição das formas verbais destacadas por outras, no pretérito, mantém a concordância e o sentido da frase corretos.

- (A) Fazia – queriam.
- (B) Fizeram – aguardava.
- (C) Fazem – pretenderam.
- (D) Fazia – procurava.
- (E) Faz – buscara.

10. Assinale a alternativa em que a expressão destacada expressa uma advertência do autor.

- (A) **Há muitas e muitas décadas** – para não dizer séculos –, a humanidade tenta decifrar o impacto do avanço tecnológico em nossa vida.
- (B) Por outro lado, – **e que ninguém duvide disso** –, é a força primeira que faz o mundo andar.
- (C) A razão é clara: as novas tecnologias são, **a um tempo**, motivo de alegria e tristeza, dependendo do ângulo por que se olhe.
- (D) **Por um lado**, o avanço das técnicas torna ultrapassadas inúmeras empresas e uma multidão de trabalhadores.
- (E) **Desde o domínio do fogo e das primeiras ferramentas de pedra**, as conquistas humanas apresentam a característica de modificar nossos hábitos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. A fiscalização do Município será exercida

- (A) pelo Ministério Público Estadual, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal, sendo que o parecer prévio emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.
- (B) pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle interno, sendo que o parecer prévio emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- (C) pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, sendo que o parecer prévio emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- (D) pelo Ministério Público Estadual, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal, sendo que o parecer prévio emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- (E) pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle interno, sendo que o parecer prévio emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve semestralmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Comissão de Fiscalização da Câmara Municipal.

- 12.** No que se refere às bases constitucionais da política urbana, é correto afirmar que
- (A) o plano diretor, aprovado pela Assembleia Legislativa e executado pelos Municípios e de observância obrigatória para cidades com mais de cento e vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento rural e de expansão urbana.
 - (B) o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
 - (C) o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de cento e vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento rural e de expansão urbana.
 - (D) o plano diretor, aprovado pela Assembleia Legislativa e executado pelos Municípios e de observância obrigatória para cidades com mais de duzentos e cinquenta mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento rural e de expansão urbana.
 - (E) o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de duzentos e cinquenta mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão rural e urbana.
- 13.** O Congresso Nacional e as respectivas Casas Legislativas se reúnem para a atividade legislativa, sendo correto afirmar que
- (A) a sessão legislativa ordinária compreende o período anual entre 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
 - (B) a sessão legislativa ordinária compreende o período anual entre 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.
 - (C) a legislatura ordinária compreende o período anual entre 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.
 - (D) a sessão legislativa compreende o período equivalente aos quatro anos do mandato dos parlamentares.
 - (E) a legislatura é o período anual de trabalho dos parlamentares, que compreende ordinariamente o período entre 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro e extraordinariamente o período abrangido entre 1º a 30 de julho.
- 14.** Com a declaração incidental de inconstitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Federal, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, competirá
- (A) ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, da lei municipal.
 - (B) à Câmara Municipal suspender, discricionariamente, a execução no todo ou em parte da lei municipal.
 - (C) à Câmara Municipal suspender, obrigatoriamente, a execução no todo ou em parte da lei municipal.
 - (D) ao Prefeito Municipal, obrigatoriamente, editar decreto para suspender a execução da norma até manifestação da Câmara Municipal acerca da sua revogação.
 - (E) ao Prefeito Municipal, obrigatoriamente, editar decreto municipal para declarar a invalidade da lei.
- 15.** No que se refere aos remédios constitucionais, é correto afirmar que
- (A) a ação popular pode ser interposta por qualquer pessoa física ou jurídica.
 - (B) conceder-se-á mandado de segurança quando se tratar de ato judicial ou administrativo, ainda que caiba recurso com efeito suspensivo, independentemente de sanção.
 - (C) o pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
 - (D) a ação popular somente pode ser ajuizada pelo Ministério Público, segundo determina o art. 5º da Constituição Federal.
 - (E) quando a sentença conceder o *habeas data*, o recurso terá efeito devolutivo e suspensivo.

- 16.** A Constituição Federal determina que o Município reger-se-á por lei orgânica e estabelece que deve ser atendido o seguinte preceito:
- (A) iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, um por cento do eleitorado.
 - (B) iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.
 - (C) iniciativa popular será estabelecida pela Lei Orgânica do Município, devendo ser observado obrigatoriamente o parâmetro estabelecido para o processo legislativo federal.
 - (D) iniciativa popular é instrumento de exercício da cidadania utilizado exclusivamente no âmbito federal.
 - (E) iniciativa popular é instrumento de exercício da cidadania utilizado exclusivamente no âmbito federal e estadual.
- 17.** O controle concentrado da constitucionalidade das leis municipais em face da Constituição Estadual é exercido
- (A) pelo Prefeito Municipal, quando esta veta o projeto de lei.
 - (B) pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal.
 - (C) pelo juiz singular, quando julga ação coletiva.
 - (D) pelo Tribunal de Justiça do Estado, quando este julga ação direta de inconstitucionalidade.
 - (E) pelo Supremo Tribunal Federal ao apreciar Recurso Extraordinário.
- 18.** No que se refere à Ordem Econômica, é correto afirmar que constituem monopólio da União:
- (A) a pesquisa de células-tronco embrionárias.
 - (B) o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional.
 - (C) a pesquisa de fármacos de origem nacional.
 - (D) a importação e exportação de produtos farmacológicos controlados.
 - (E) a pesquisa de princípios ativos para composição de medicamentos genéricos.
- 19.** Mediante um contrato escrito, Paulo se comprometeu com Pedro a realizar a reforma geral de seu escritório, incluindo pinturas nas paredes, parte elétrica, reforma de móveis e outros materiais de decoração. Porém, por erro constou a utilização de material diverso do avençado verbalmente, no que tange a reforma das poltronas. Diante disso, assinale a alternativa correta.
- (A) Diante da vinculação das partes ao contrato, a reforma deverá ser realizada necessariamente com o material que constou no contrato, ainda que ambas as partes constatem que houve o erro.
 - (B) O erro prejudica a validade do contrato de reforma, ainda que Paulo se ofereça para executar na conformidade com o que havia sido avençado verbalmente.
 - (C) Considera-se que o contrato consubstancia-se em negócio jurídico anulável, pois se presume a existência de erro substancial no negócio jurídico realizado.
 - (D) O erro na indicação do material das poltronas não prejudica a validade do negócio jurídico na hipótese de Paulo se oferecer a executar o contrato em conformidade com o que foi avençado verbalmente.
 - (E) Considera-se que houve dolo acidental, devendo o contrato ser declarado nulo, cabendo a Pedro ser indenizado por perdas e danos.
- 20.** No tocante à prescrição, assinale a alternativa correta.
- (A) É possível a renúncia da prescrição de forma expressa ou tácita, se realizada sem prejuízo a terceiro e antes da prescrição se consumir.
 - (B) Suspenso o curso do prazo prescricional em favor de um dos credores, a situação aproveita aos outros, ainda que se trate de obrigação divisível.
 - (C) A interrupção da prescrição por um dos credores solidários aproveita aos outros.
 - (D) A interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.
 - (E) A prescrição ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

21. José da Silva encontrou um terreno urbano de 200 m² e lá construiu uma pequena residência onde passou a morar com sua família por 7 anos. O cidadão já possuía um imóvel na zona rural do município, mas era distante de seu local de trabalho, de forma que passou a residir no terreno urbano com *animus domini*, exercendo posse contínua e sem oposição de terceiros. Diante desses fatos, assinale a alternativa correta.
- (A) José da Silva não pode usucapir este imóvel na modalidade de usucapião especial urbano, pois não possui justo título sobre o imóvel, nem agiu de boa-fé, já que sabia que não era proprietário do imóvel.
 - (B) É possível a José da Silva pleitear o reconhecimento de aquisição do imóvel, pois preenchidos os requisitos legais do usucapião especial urbano.
 - (C) É possível a José da Silva pleitear o reconhecimento de aquisição do imóvel urbano por meio da modalidade de usucapião especial urbano se o imóvel adquirido anteriormente estiver servindo de residência para seus genitores.
 - (D) José da Silva poderá usucapir na modalidade de usucapião especial urbano porque o imóvel anterior situa-se na zona rural.
 - (E) José da Silva não poderá usucapir na modalidade de usucapião especial porque já possuía um imóvel antes de residir no terreno que pretende usucapir.
22. José da Silva está bastante incomodado, considerando intolerável o barulho excessivo proveniente da garagem de empresa de ônibus urbano pertencente à Prefeitura, que se situa em área contígua à sua residência, da qual é locatário. Diante dessa situação, qual a providência possível a ser adotada por José da Silva?
- (A) O autor deve requerer em juízo a imediata cessação do ruído, com a desativação da atividade desenvolvida, eis que o ruído produzido pelos motores dos ônibus são lesivos ao meio ambiente artificial.
 - (B) José da Silva poderá pleitear indenização, caso demonstrado que não é possível a cessação do ruído mediante fechamento da garagem, por ser a atividade desenvolvida de interesse social e/ou público.
 - (C) Como José da Silva é locatário do imóvel não poderá pedir a cessação do ruído, eis que a fruição e gozo decorrem do direito de propriedade.
 - (D) Ainda que demonstrado que a atividade desenvolvida pelo vizinho é de interesse público e social, poderá o autor exigir a desativação da atividade, mesmo não sendo o proprietário do imóvel.
 - (E) Como a garagem de empresa de ônibus urbano é de interesse social e público, José da Silva deverá tolerar o barulho, não podendo exigir a desativação da garagem, nem indenização pelo incômodo.
23. No que tange à alienação fiduciária de coisa imóvel, assinale a alternativa correta.
- (A) A alienação fiduciária poderá ser contratada por pessoa física ou jurídica, não sendo privativa das entidades que operam o SFI.
 - (B) A alienação fiduciária pode ter por objeto somente a propriedade plena.
 - (C) A alienação fiduciária não pode ter como objeto a propriedade superficiária.
 - (D) A alienação fiduciária é negócio jurídico na qual o devedor, o fiduciante, com o escopo de garantia, contrata a transferência ao credor, ou fiduciário, da propriedade definitiva da coisa imóvel.
 - (E) A constituição da propriedade fiduciária prescinde de registro do contrato que lhe serve de título no Registro de Imóveis.
24. Um veículo colidiu com um cavalo na pista de rolamento municipal, tendo o condutor se ferido gravemente, recebendo atendimento no hospital da municipalidade, onde veio a falecer. Diante disso, assinale a alternativa correta.
- (A) A responsabilidade pela morte do condutor é do hospital, a quem caberá reparar o dano, pois o hospital é público e a responsabilidade por conduta médica é de natureza objetiva.
 - (B) O dono do animal responde civilmente pela morte, devendo reparar o dano, caso não provada a culpa da vítima ou força maior.
 - (C) A responsabilidade pela morte do condutor é da Municipalidade, que deverá reparar o dano, eis que sendo municipal a via em que houve o acidente, considera-se que há responsabilidade objetiva, ainda que se saiba quem era o dono no animal.
 - (D) Considera-se existente a responsabilidade solidária entre o hospital, o dono do cavalo e o Município pela morte do motorista, de forma que todos devem reparar o dano.
 - (E) Ninguém responderá pela morte do motorista se restar provado que o animal fugiu apesar de todos os cuidados pelo dono que não conseguiu evitar a sua fuga, se o município provar que havia placas alertando da possibilidade de animais na pista e o hospital demonstrar que não houve culpa no atendimento prestado.

- 25.** Com relação ao Programa Minha Casa, Minha Vida, PMCMV, regulado pela Lei Federal nº 11.977/2009, assinale a alternativa correta.
- (A) Os contratos e registros efetivados no âmbito do PMCMV serão formalizados, preferencialmente, em nome da mulher.
- (B) Os lotes destinados à construção de moradias no âmbito do PMCMV poderão ser objeto de rememoração somente após decorridos o prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da celebração do contrato.
- (C) O PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias que se declararem hipossuficientes.
- (D) Para os fins do PMCMV, considera-se trabalhador rural a pessoa física que, em propriedade rural, presta serviços de natureza eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário.
- (E) Para a implementação do PMCMV, a União, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, concederá subvenção econômica ao beneficiário pessoa jurídica no ato da contratação de financiamento habitacional.
- 26.** Nos termos do Código de Defesa do Consumidor, são nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que
- (A) determinem a utilização facultativa de arbitragem.
- (B) não permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral.
- (C) transfiram responsabilidades a terceiros.
- (D) obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, ainda que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor.
- (E) possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias voluptuárias.

- 27.** Considerando o controle difuso de inconstitucionalidade, havendo incidente de inconstitucionalidade suscitado antes do julgamento de apelação, contra a decisão do pleno ou órgão especial do Tribunal de Justiça caberá
- (A) embargos de declaração, se o caso.
- (B) embargos infringentes, se o caso.
- (C) recurso especial.
- (D) recurso extraordinário.
- (E) recurso ordinário.
- 28.** A execução provisória da sentença far-se-á, no que couber, do mesmo modo que a definitiva, porém, o levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem alienação de propriedade ou dos quais possa resultar grave dano ao executado dependem de caução suficiente e idônea, arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos, contudo, essa caução poderá ser dispensada no caso de crédito de natureza
- (A) contratual ou decorrente de ato ilícito.
- (B) cambial ou quirografária.
- (C) quirografária ou trabalhista.
- (D) alimentar ou decorrente de ato ilícito.
- (E) trabalhista ou alimentar.
- 29.** Para a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe, com a finalidade de formalizar a legitimidade ativa, assinale a alternativa correta.
- (A) Necessária a autorização expressa de todos os substituídos processuais, autorizando a propositura da ação.
- (B) Assembleia extraordinária da entidade deverá autorizar expressamente a propositura da ação.
- (C) A legitimação ativa para a impetração da ação dispensa autorização individual ou assemblear.
- (D) A legitimação ativa, com autorização expressa dos substituídos, será observada de acordo com o interesse postulado.
- (E) Necessária autorização assemblear, apenas no que diz respeito à defesa de direito líquido e certo relativo a questão de natureza trabalhista.

30. O termo inicial do prazo prescricional para a execução contra a Fazenda Pública é
- (A) a homologação da conta, quando a execução puder ser promovida por simples cálculos aritméticos.
 - (B) o trânsito em julgado da sentença condenatória se não for necessária a liquidação da sentença.
 - (C) a apresentação dos valores pela Fazenda Pública, tratando-se de execução invertida.
 - (D) a data do inadimplemento, se a pretensão é constitutiva negativa ou constitutiva positiva.
 - (E) o prazo assinalado na decisão judicial, em se tratando de compensação de créditos.
31. Em se tratando de ação civil de responsabilidade por improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público, sendo a Fazenda Pública de Presidente Prudente interessada, quanto à Administração, assinale a alternativa correta.
- (A) Deverá integrar a lide como litisconsorte passivo facultativo, nos mesmos moldes que a ação popular.
 - (B) Integrará a lide como litisconsorte ativo necessário, devendo alterar a inicial para indicar as provas que pretende produzir.
 - (C) Poderá integrar a lide como litisconsorte passivo, por não ter impedido o ato, desde que haja prova hábil de sua omissão comissiva.
 - (D) Como litisconsorte ativo necessário, fará alterações na inicial para complementação do ressarcimento do patrimônio público.
 - (E) Poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.
32. Em se tratando de nomeação à autoria e o prazo para contestar, assinale a alternativa correta.
- (A) Deverá ser apresentada no prazo legal, na mesma peça em que se nomeia à autoria, para que o autor possa recusar ou negar a qualidade da nomeação.
 - (B) Deverá ser apresentada no prazo legal, em peça diversa da nomeação à autoria, para que o autor possa recusar e o nomeado negar a qualidade da nomeação.
 - (C) Se o juiz negar a nomeação à autoria liminarmente, o prazo para a contestação correrá independentemente do prazo para eventual recurso.
 - (D) Quando o autor recusar o nomeado, ou quando este negar a qualidade que lhe é atribuída, novo prazo para contestar será deferido ao nomeante.
 - (E) Nomeando à autoria pessoa diversa daquela em cujo nome detém a coisa demandada, será declarada a revelia do nomeante.
33. Quanto à multa pecuniária arbitrada judicialmente para forçar o réu ao cumprimento de medida liminar antecipatória, assinale a alternativa correta.
- (A) Deve incidir a partir da ciência do obrigado e da sua recalitrância.
 - (B) Não podem ser revogadas.
 - (C) Cabe apenas para cumprimento de obrigação de fazer.
 - (D) São revertidas a favor do Juízo.
 - (E) Deve ser limitada até três vezes ao valor da causa.
34. Sobre a execução fiscal, assinale a alternativa correta.
- (A) A citação por edital é incabível.
 - (B) A prescrição ocorrida antes da propositura da ação pode ser decretada de ofício.
 - (C) Não se admite exceção de pré-executividade.
 - (D) Independentemente da fase processual, mesmo que haja desistência da execução, não há sucumbência para o exequente.
 - (E) Proposta a execução, a mudança de domicílio do devedor, antes dos embargos, descola a competência.

DIREITO ADMINISTRATIVO

35. Pessoa jurídica de direito público, instituída para desempenhar atividades administrativas sob regime de direito público, criada por lei que determina o grau de sua autonomia em face da Administração direta. O enunciado corresponde à definição de
- (A) sociedade de economia mista.
 - (B) organização social.
 - (C) autarquia.
 - (D) concessionária de serviço público.
 - (E) empresa pública.

- 36.** Ao Estado caberá, nos termos da Lei nº 6.766/79, disciplinar a aprovação pelo Município de loteamentos e desmembramentos,
- (A) quando o loteamento abranger área superior a 1.000 m².
 - (B) quando localizados em áreas de interesse especial, assim definidas no Plano Diretor, tais como as de proteção aos mananciais ou ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico.
 - (C) quando o loteamento ou desmembramento localizar-se em área limítrofe do Estado, ou que pertença a mais de um município, nas regiões metropolitanas ou em aglomerações urbanas, definidas no Plano Diretor.
 - (D) quando localizados em áreas de interesse especial, tais como as de proteção aos mananciais ou ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico, assim definidas por legislação estadual ou federal.
 - (E) quando o loteamento ou desmembramento abranger área superior a 1.000 m² e localizar-se em área limítrofe do município, ou que pertença a mais de um município, nas regiões metropolitanas ou em aglomerações urbanas, definidas em lei estadual ou federal.
- 37.** Para execução da política urbana, nos termos da Lei nº 10.257/2001, pode ser utilizado o seguinte instrumento:
- (A) o direito de superfície por meio do qual o proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, que abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.
 - (B) o direito de preempção que confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, para destiná-los exclusivamente à execução de programas e projetos habitacionais de interesse social.
 - (C) a transferência do direito de construir, pela qual apenas o proprietário de imóvel urbano privado poderá ser autorizado a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente.
 - (D) a outorga onerosa do direito de construir, pela qual o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, sem imposição de limites, desde que seja prestada contrapartida pelo beneficiário.
 - (E) a usucapião especial de imóvel urbano pela qual aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por dois anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- 38.** A Municipalidade de Presidente Prudente poderá adquirir bens produzidos ou serviços prestados por entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criada para esse fim específico em data anterior à vigência da Lei nº 8.666/93,
- (A) por inexigibilidade de licitação, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
 - (B) com dispensa de procedimento licitatório, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
 - (C) por inexigibilidade de licitação em função de expressa previsão legal, independentemente da compatibilidade de preços com o mercado, tendo em vista que o Município também tem participação nos lucros.
 - (D) com dispensa de procedimento licitatório, independentemente da compatibilidade de preços com o mercado, tendo em vista que o Município também tem participação nos lucros.
 - (E) após procedimento licitatório, desde que a entidade se disponha a oferecer preço inferior a 5% (cinco por cento) daquele ofertado pelo primeiro classificado.
- 39.** Nas licitações de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Diferenciado de Contratações – RDC, poderá ser utilizada a contratação integrada,
- (A) desde que técnica e economicamente justificada e cujo objeto envolva exclusivamente a possibilidade de execução com tecnologias de domínio restrito no mercado.
 - (B) que compreende a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.
 - (C) que não admite a celebração de termos aditivos aos contratos firmados, tendo em vista que o risco de eventual desequilíbrio econômico-financeiro é sempre assumido pelo contratado.
 - (D) sendo vedada a participação direta ou indireta da pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo correspondente.
 - (E) exceto se houver possibilidade de execução com diferentes metodologias ou o objeto envolver inovação tecnológica.

40. O sancionamento por improbidade administrativa, previsto na Lei nº 8.429/1992,
- (A) não depende da intervenção do Poder Judiciário, devendo ser observada a independência de instâncias.
 - (B) independe da demonstração de culpa pela prática de atos que causam prejuízo ao erário.
 - (C) depende da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
 - (D) depende sempre da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
 - (E) pode ser imposto àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
41. A discricionariedade para a prática de atos administrativos pressupõe
- (A) a afastabilidade do controle de legalidade pelo Poder Judiciário.
 - (B) a obrigatoriedade de atendimento à finalidade apontada na motivação, quando houver, tendo em vista que esta não é exigível.
 - (C) a existência de margem de autonomia atribuída pelo direito ao disciplinar a função administrativa, permitindo a escolha entre duas ou mais soluções, todas válidas.
 - (D) ausência da obrigatoriedade de motivá-los, em função do exercício de juízo de conveniência e oportunidade.
 - (E) sua não sujeição às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, expressamente prevista.
42. A Municipalidade desenvolveu e implementou um Parque Aquático em área pertencente ao Estado, autorizada por ato precário. Ao ser cobrada pelos órgãos públicos, constatou a inexistência de licenciamento ambiental, não exigível à época. Deverá adotar providências para regularização, entretanto, o órgão ambiental exige que o requerimento seja feito pelo titular da área, ou pela Prefeitura, desde que regularizada a posse. Caberia, assim, ao Município, que também está preocupado com a regularidade dos investimentos já feitos,
- (A) desapropriar a área, indenizando o Estado com títulos da dívida pública.
 - (B) requerer usucapião da área, cuja posse detém há mais de 20 anos.
 - (C) solicitar ao Estado que faça doação da área, de interesse social, uma vez que o procedimento seria mais célere por dispensar autorização da Assembleia Legislativa.
 - (D) requerer a cessão de uso gratuita, pelo prazo de 20 (vinte) anos e analisar, posteriormente, a viabilidade de compra ou doação do imóvel.
 - (E) propor a compra do imóvel, independentemente de autorização legislativa, desnecessária quando puder ser feita a compensação com precatórios.
43. Considerando-se a petição inicial, de acordo com a lei que disciplina a execução fiscal, é correto afirmar que
- (A) a produção de provas pela Fazenda Pública depende de requerimento específico.
 - (B) o valor atribuído à causa deve ser o da dívida constante da certidão, sem os encargos legais que serão atualizados até a data do efetivo pagamento.
 - (C) a Certidão de Dívida Ativa e a petição inicial não poderão constituir um único documento, dada a natureza jurídica diversa que possuem.
 - (D) será instruída com a Certidão de Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita.
 - (E) indicará, apenas, o Juízo ao qual é dirigida e o pedido com seus fatos e fundamentos.
44. Suspende a exigibilidade do crédito tributário a
- (A) propositura de ação anulatória com pedido de tutela antecipada.
 - (B) propositura de ação de consignação em pagamento, em razão do depósito nela efetuado.
 - (C) impetração de mandado de segurança com pedido de liminar.
 - (D) concessão de moratória.
 - (E) concessão de isenção parcial, na parte do crédito que estiver isenta.
45. Assinale a alternativa correta acerca das preferências do crédito tributário no processo falimentar.
- (A) O crédito tributário decorrente de fato gerador ocorrido no curso do processo de falência é concursal.
 - (B) O crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais.
 - (C) A extinção das obrigações do falido requer a prova de quitação de todos os tributos.
 - (D) A multa tributária prefere somente aos créditos quirografários.
 - (E) A concessão de recuperação judicial independe da prova de quitação de todos os tributos.

46. Determina o Código Tributário Nacional que, sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. Nesse sentido, é
- (A) vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.
 - (B) permitido o intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, e será realizado mediante processo regularmente instaurado.
 - (C) permitido o intercâmbio de informação somente no âmbito da Administração Pública, em qualquer situação em que se faça necessário, e será realizado por ofício simples de uma autoridade administrativa endereçada a outra, que deverá prestar a informação no prazo de 48 horas.
 - (D) vedada a de divulgação de informações relativas a inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.
 - (E) vedado o intercâmbio de informações sigilosas, em qualquer hipótese, ainda que no âmbito da Administração Pública, sob pena de quebra de sigilo funcional.
47. Nos termos do Código Civil, a cooperativa é sociedade
- (A) por ações.
 - (B) em comandita simples.
 - (C) simples.
 - (D) em comandita por ações.
 - (E) anônima.
48. No que respeita aos direitos e obrigações dos sócios, assinale a alternativa correta.
- (A) As obrigações dos sócios começam imediatamente com o registro do contrato social na Junta Comercial do Estado respectivo, se o contrato não fixar outra data, e terminam quando liquidada a sociedade.
 - (B) A cessão total ou parcial da quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, terá eficácia quanto a estes e à sociedade, mas não perante terceiros.
 - (C) É anulável a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.
 - (D) A distribuição de lucros ilícitos ou fictícios acarreta responsabilidade solidária dos administradores que a realizarem e dos sócios que os receberam, conhecendo ou devendo conhecer-lhes a ilegitimidade.
 - (E) Os sócios são obrigados, na forma e no prazo previstos, às contribuições estabelecidas no contrato social e, aquele que deixar de fazê-lo, nos trinta dias seguintes ao da notificação pela sociedade deverá, imediatamente, ser excluído da sociedade, a ela convertendo as quotas que a ele pertenciam.
49. No que se refere aos títulos de crédito “à ordem”, a cláusula constitutiva de penhor, lançada no endosso, confere ao endossatário o exercício dos direitos inerentes ao título. Segundo o regramento do Código Civil, o endossatário de endosso-penhor só pode endossar novamente o título na qualidade de
- (A) procurador.
 - (B) sacado.
 - (C) avalista.
 - (D) credor.
 - (E) aceitante.
50. O contrato pelo qual uma pessoa assume, em caráter não eventual e sem vínculo de dependência, a obrigação de promover, à conta de outra, mediante retribuição, a realização de certos negócios, em zona determinada, caracterizando-se a distribuição quando o agente tiver à sua disposição a coisa a ser negociada, é contrato de
- (A) mandato.
 - (B) representação.
 - (C) agência.
 - (D) comissão.
 - (E) corretagem.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

51. A respeito do crime e da imputabilidade, é correto afirmar que
- (A) a omissão é penalmente relevante quando o omitente deixar de impedir o resultado que, por comportamento seu anterior, criou o risco de ocorrência.
 - (B) é isento de pena quem atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, sendo o erro evitável.
 - (C) a restituição da coisa, no crime de roubo, até o recebimento da denúncia, reduz a pena do agente.
 - (D) a embriaguez culposa exclui a imputabilidade.
 - (E) o ordenamento brasileiro adota o sistema vicariante, segundo o qual, aos inimputáveis por doença mental ao tempo da prática delitiva, primeiro aplica-se medida de segurança e, uma vez curados, pena.

- 52.** Sobre as regras de extraterritorialidade, previstas no Código Penal, assinale a alternativa correta.
- (A) Consideram como extensão do território nacional as aeronaves brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem no espaço aéreo correspondente.
 - (B) Consideram praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
 - (C) Estabelecem situações pelas quais a lei penal brasileira pode ser aplicada a crimes cometidos no estrangeiro.
 - (D) Preveem que a pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
 - (E) Estabelecem a possibilidade de homologação, no Brasil, da sentença estrangeira, para obrigar o condenado à reparação do dano.
- 53.** À polícia judiciária compete a apuração das infrações penais e respectiva autoria, sendo correto afirmar que
- (A) a instauração do inquérito policial, nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, dar-se-á de ofício pela autoridade policial; entretanto, decorrido o prazo decadencial sem que a vítima represente, os autos serão por ela arquivados.
 - (B) no inquérito policial, por se tratar de procedimento administrativo, não se aplica o princípio do contraditório, sendo vedado ao indiciado requerer a realização de qualquer diligência à autoridade policial.
 - (C) o inquérito policial, se solto o indiciado, deverá ser finalizado no prazo de 30 (trinta), de acordo com o artigo 10 do Código de Processo Penal, sendo vedada a prorrogação de prazo para a realização de ulteriores diligências.
 - (D) a autoridade policial, nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, não poderá mencionar quaisquer anotações referentes a instauração de inquérito contra os requerentes.
 - (E) o inquérito policial, uma vez oferecida a denúncia ou proposta a queixa, não acompanhará os autos da ação penal, dado seu caráter meramente informativo.
- 54.** Paulo, funcionário da empresa Digital, pessoa jurídica de direito privado, contratada pelo Ministério da Educação para imprimir as provas do ENEM – Exame Nacional da Educação -, visando beneficiar a sobrinha que prestaria o exame naquele ano, divulgou a ela o tema da redação. Paulo praticou
- (A) crime de corrupção passiva.
 - (B) violação de sigilo funcional.
 - (C) violação do sigilo de proposta de concorrência.
 - (D) fraude em certames de interesse público.
 - (E) revelação do segredo profissional.
- 55.** A lei que dispõe sobre o crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores
- (A) adotou o modelo legislativo de segunda geração de combate ao crime de lavagem de dinheiro, visto prever rol taxativo de crimes antecedentes.
 - (B) permite ao Juiz reduzir ou deixar de aplicar a pena ao autor que colaborar espontaneamente, prestando esclarecimentos que conduzam à identificação de autores, coautores e partícipes, a qualquer tempo.
 - (C) permite à Autoridade Policial e ao Ministério Público o acesso direto a documentos relativos a movimentações bancárias de investigados por crime de lavagem de dinheiro.
 - (D) estabelece ser de competência da Justiça Federal a apuração e julgamento do crime de lavagem de dinheiro.
 - (E) prevê a modalidade da lavagem de dinheiro culposa.
- 56.** José, serventuário da Justiça, no dia 04 de março de 2015, enquanto exercia suas funções, foi interpelado por João, advogado, que, aos gritos e na presença de diversas pessoas, acusou-lhe de trabalhar todos os dias alcoolizado. Da referida situação, pode-se afirmar que:
- (A) José foi vítima de crime de calúnia, de ação penal de iniciativa privada, processável mediante queixa-crime.
 - (B) José foi vítima de difamação, sendo vedado a João provar a veracidade do fato, mediante exceção da verdade.
 - (C) João não praticou qualquer crime, visto que a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou seu procurador, exclui a ocorrência de crime contra a honra.
 - (D) José foi vítima de difamação, sendo a ele facultado tanto propor queixa-crime em face de João, ou representar criminalmente, para que o Ministério Público o denuncie.
 - (E) José foi vítima de injúria, incidindo ainda a causa de aumento de metade da pena, em virtude da ofensa ter sido feita na presença de várias pessoas.

57. Sobre os crimes de responsabilidade e as infrações político-administrativas dos Prefeitos, previstos no Decreto-Lei nº 201/1967, é correto afirmar que

- (A) os crimes de responsabilidades do Prefeito são julgados pela Câmara dos Vereadores e sancionados com a cassação do mandato.
- (B) as infrações político-administrativas são julgadas pelo Poder Judiciário e sujeitam o Prefeito, após a condenação definitiva, à inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, pelo prazo de cinco anos.
- (C) as infrações político-administrativas do Prefeito são julgadas pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato.
- (D) os crimes de responsabilidade do Prefeito são julgados pelo Poder Judiciário, sancionados com pena de reclusão ou detenção, dependendo de autorização da Câmara dos Vereadores, como condição de procedibilidade.
- (E) oferecida a denúncia por infração político-administrativa, deverá o Juiz ordenar a notificação do acusado, para apresentar defesa prévia, no prazo de cinco dias.

58. Sobre a Lei nº 12.850/2013, é correto dizer que

- (A) define organização criminosa como a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas, com estrutura ordenada e divisão de tarefas, formada com o objetivo de obter vantagem auferida com a prática de infrações penais.
- (B) prevê aumento de pena de 1/6 (um sexto) a 1/2 (metade), se há concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de crime.
- (C) estabelece a possibilidade de perdão judicial, diminuição da pena privativa de liberdade ou a substituição desta por restritiva de direito, daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e processo penal, vedada a colaboração premiada após a sentença.
- (D) estendeu a possibilidade de infiltração de agentes de polícia, em tarefas de investigação, para crimes de menor potencial ofensivo.
- (E) alterou a denominação do crime de quadrilha ou bando, previsto no artigo 288 do Código Penal, que passa a ser crime de associação criminosa, definido como a associação de três ou mais pessoas para o fim específico de cometer crimes.

59. A condição de empregado pressupõe

- (A) a prestação de serviços com personalidade, de forma não eventual e sob dependência econômica do empregador.
- (B) a não eventualidade na prestação dos serviços e a subordinação jurídica ao empregador.
- (C) a prestação de serviços nas dependências do empregador e sob dependência econômica.
- (D) o registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social e a subordinação jurídica ao empregador.
- (E) o registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social, o controle da jornada de trabalho e a dependência econômica ao empregador.

60. Os adicionais de insalubridade ou periculosidade

- (A) integram o salário do empregado para todos os efeitos, e não podem ser suprimidos pelo empregador.
- (B) possuem natureza indenizatória, com vistas a compensar os riscos de dano à saúde ou segurança do trabalhador.
- (C) possuem a natureza de salário-condição, não se incorporando definitivamente à remuneração do empregado.
- (D) não são devidos aos empregados adolescentes, pois a eles não se permite o trabalho insalubre ou perigoso.
- (E) não são devidos aos trabalhadores avulsos, pois referida categoria profissional trabalha em caráter eventual.

61. A sucessão de empregadores

- (A) pode ser aplicada à Fazenda Pública.
- (B) não se aplica à Fazenda Pública, tendo em vista a obrigatoriedade de realização de concurso público.
- (C) impede a responsabilização do sucedido que, invariavelmente, deixa de existir após a sucessão.
- (D) depende de concordância do empregado.
- (E) isenta o sucessor de observar as condições dos contratos de trabalho em andamento.

62. Nas hipóteses de extinção do contrato de trabalho

- (A) será devido o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço do empregado.
- (B) o aviso prévio corresponde, necessariamente, a 30 dias.
- (C) será sempre devido o aviso prévio ao empregado ou empregador, dependendo da forma de rescisão contratual.
- (D) o empregado não perde o direito aos depósitos do fundo de garantia do tempo de serviço, independentemente da modalidade de rescisão contratual.
- (E) não será devida a indenização correspondente a férias vencidas, se provado o ato faltoso grave do empregado.

63. O duplo grau de jurisdição obrigatório

- (A) aplica-se à Justiça do Trabalho, nas hipóteses de condenação da Fazenda Pública, independentemente de condição.
- (B) não se aplica à Justiça do Trabalho desde a promulgação da atual Constituição da República.
- (C) só é admitido na Justiça do Trabalho se houver recurso voluntário da parte prejudicada.
- (D) aplica-se em mandado de segurança, apenas na hipótese em que a parte prejudicada pela concessão da ordem for pessoa jurídica de direito público.
- (E) aplica-se em qualquer situação de decisão proferida em ação rescisória ou mandado de segurança.

64. A seguridade social deve ser organizada pelo Poder Público, com base nos seguintes objetivos, dentre outros:

- (A) universalidade da cobertura e do atendimento, irreduzibilidade do valor dos benefícios e comutatividade na prestação dos benefícios.
- (B) singularidade da cobertura e do atendimento, seletividade na prestação dos benefícios e diversidade da base de financiamento.
- (C) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, equidade na forma de participação no custeio e irreduzibilidade do valor dos benefícios.
- (D) irreduzibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação e singularidade na base de financiamento.
- (E) universalidade da cobertura, singularidade do atendimento, irreduzibilidade do valor dos benefícios e diversidade na base de financiamento.

65. São isentas de contribuição para a seguridade social

- (A) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- (B) as autarquias e as fundações públicas.
- (C) as sociedades de economia mista e as empresas públicas municipais.
- (D) as fundações públicas e as entidades beneficentes de assistência social.
- (E) as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências legais.

66. Os regimes próprios de Previdência Social dos servidores públicos municipais

- (A) não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, salvo disposição em contrário da Constituição da República.
- (B) não podem contrariar o regime próprio dos servidores públicos da União.
- (C) não podem conceder direitos distintos dos previstos no regime próprio dos servidores públicos da União.
- (D) podem instituir benefícios independentemente da existência de fonte de custeio.
- (E) não podem contrariar os regimes de previdência social dos servidores públicos dos Estados aos quais pertencem.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

67. Os direitos meta ou transindividuais são classificados em difusos, coletivos *stricto sensu* e individuais homogêneos. Assinale a alternativa que traz um exemplo de afronta a um direito difuso.

- (A) A queda do telhado de uma loja de departamento, fazendo inúmeros consumidores como vítimas.
- (B) Aumento abusivo de mensalidades de uma determinada escola particular.
- (C) Exposição de publicidade enganosa, oferecendo um produto aos consumidores cujas características não são verdadeiras.
- (D) Cláusula abusiva em contratos de adesão de um determinado consórcio onde se suprime dos consumidores o direito de devolução das parcelas pagas em caso de desistência.
- (E) Compradores de determinado lote de automóveis com vício de fabricação.

68. A Lei nº 7.853/89 dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, entre outras providências. No que tange à área de educação, é correto afirmar que entre as medidas protetivas descritas na legislação em comento, está:
- (A) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios.
 - (B) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais apenas na esfera pública.
 - (C) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres, nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 2 (dois) anos, educandos portadores de deficiência.
 - (D) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, exceto material escolar, incluindo-se porém merenda escolar.
 - (E) a matrícula optativa em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.
69. O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, nos termos da Lei nº 6.766/1979, com suas devidas atualizações. Sobre esse tema, é correto afirmar que
- (A) a infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, exceto abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.
 - (B) se considera desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
 - (C) se considera loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
 - (D) se considera lote o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.
 - (E) somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definida pelo plano diretor ou aprovadas por lei estadual.
70. A Lei nº 12.651/2012, que instituiu o “Código Florestal”, foi um marco na legislação brasileira, por tratar da proteção à vegetação nativa. Sobre o que prevê o texto da referida lei, no que tange ao uso ecologicamente sustentável, é correto afirmar que
- (A) os apicuns e salgados podem ser utilizados em atividades de carcinicultura e salinas, desde que, dentre outros requisitos, sejam salvaguardados absolutamente a integridade dos manguezais arbustivos e dos processos ecológicos essenciais a eles associados, bem como da sua produtividade biológica e condição de berçário de recursos pesqueiros.
 - (B) a licença ambiental para explorar apicuns e salgados será de 5 (cinco) anos, renovável se o empreendedor cumprir as exigências da legislação ambiental e do próprio licenciamento, mediante comprovação semestral, inclusive por mídia fotográfica.
 - (C) não estão sujeitos à apresentação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental – EPIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA os novos empreendimentos com área superior a 50 (cinquenta) hectares, vedada a fragmentação do projeto para ocultar ou camuflar seu porte.
 - (D) é assegurada a regularização das atividades e empreendimentos de carcinicultura e salinas cuja ocupação e implantação tenham ocorrido antes de 22 de julho de 2008, desde que o empreendedor, pessoa física ou jurídica, comprove sua localização em apicum ou salgado, independentemente de se comprometer por termo de compromisso, a proteger a integridade dos manguezais arbustivos adjacentes.
 - (E) é vedada a manutenção, licenciamento ou regularização, de ocupação ou exploração irregular em apicum ou salgado, exceto quando tal exploração for para fins de subsistência.
71. Sobre o acesso à justiça previsto no Estatuto do Idoso, é correto afirmar que
- (A) as ações que tratem sobre os direitos dos idosos, deverão tramitar exclusivamente pelas varas comuns, não instituindo a lei qualquer previsão acerca da criação de varas exclusivas para idosos, dada a aplicação do princípio da isonomia.
 - (B) é assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, apenas na primeira instância.
 - (C) o juiz poderá conceder de ofício a tramitação prioritária, sempre que constatar documentalmente que um idoso faz parte de um dos polos da ação.
 - (D) a prioridade do trâmite da ação se extingue, após deferida, com a morte do idoso beneficiado por esse direito.
 - (E) a prioridade no atendimento se estende aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.

- 72.** O Decreto nº 186, de 2008, institui as regras da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Assinale a alternativa correta sobre as medidas de acessibilidade que os Estados Partes deverão adotar.
- (A) Assegurar que unicamente as entidades públicas que oferecem instalações e serviços abertos levem em consideração todos os aspectos relativos à acessibilidade para pessoas com deficiência.
- (B) Dotar os edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público de sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão.
- (C) Oferecer apenas formas de assistência humana, tais como guias, leitores e intérpretes profissionais da língua de sinais, para facilitar o acesso aos edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso público.
- (D) Promover o acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, não relacionadas à Internet.
- (E) Promover, desde a fase inicial, a concepção, o desenvolvimento, a produção e a disseminação de sistemas e tecnologias de informação e comunicação, a fim de que esses sistemas e tecnologias se tornem acessíveis sem custo algum.
- 73.** Sobre o Sistema Nacional de Proteção da Igualdade Racial (SINAPIR), previsto na Lei nº 12.288/2010, é correto afirmar que
- (A) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão participar do SINAPIR, exclusivamente.
- (B) o Poder Legislativo Federal elaborará plano nacional de promoção da igualdade racial contendo as metas, princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR).
- (C) dentre os Objetivos do SINAPIR está articular planos, ações e mecanismos voltados à promoção da igualdade étnica.
- (D) o Poder Executivo priorizará o repasse dos recursos referentes aos programas e atividades que envolvam a igualdade racial aos Estados, Distrito Federal e Municípios, independentemente da criação de conselhos de promoção da igualdade étnica.
- (E) para a apreciação judicial das lesões e das ameaças de lesão aos interesses da população negra, decorrentes de situações de desigualdade étnica, recorrer-se-á exclusivamente à ação civil pública.
- 74.** Considerar-se-á afastado do cargo, definitivamente, conforme prevê a Lei Orgânica Municipal de Presidente Prudente, o prefeito denunciado, incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia, desde que declarado, pelos membros da Câmara, por, no mínimo,
- (A) maioria simples.
- (B) maioria absoluta.
- (C) 1/3.
- (D) 2/3.
- (E) 3/5.
- 75.** Os servidores públicos municipais de Presidente Prudente terão direito a licença-adoção, nos termos da Lei Complementar nº 5/91, de
- (A) 5 dias ao servidor e 90 dias à servidora.
- (B) 90 dias para servidor e/ou servidora.
- (C) 90 dias para servidora, apenas.
- (D) 180 dias para servidor e/ou servidora.
- (E) 180 dias para servidora, apenas.
- 76.** Perde a condição de filiado ao Sistema de Previdência Municipal de Presidente Prudente, conforme a legislação específica, na qualidade de participante, o servidor ativo que
- (A) tiver sido dispensado.
- (B) estiver no exercício de cargo em comissão.
- (C) exercer mandato eletivo.
- (D) for cedido a órgão ou entidade da Administração direta ou indireta da União.
- (E) pela cessação da invalidez ou da dependência econômica e financeira.
- 77.** No caso de falecimento do participante do Sistema de Previdência Municipal de Presidente Prudente, sem que tenha sido feita a inscrição de dependente, para o recebimento de parcelas futuras do benefício, assinale a alternativa correta.
- (A) Não será possível incluí-lo, por falta de manifestação de interesse do servidor falecido.
- (B) Não será possível incluí-lo, por falta de contribuição adicional para sua inclusão, nos termos da Tabela de Custeio.
- (C) Não será possível incluí-lo, uma vez que a dependência econômica é formalizada pelo servidor quando na ativa.
- (D) Será possível incluí-lo, apenas no caso de casamento, filiação ou união estável devidamente demonstrada.
- (E) Será possível incluí-lo, cabendo a este promovê-la, por si ou por representantes, para recebimento, satisfazendo as exigências legais.

- 78.** Nos termos da Lei Complementar nº 152/2008 - Lei de Normas para Edificações do Município de Presidente Prudente, o “Termo de Conclusão de Obras e Serviços”, poderá ser concedido
- (A) apenas para obra concluída.
 - (B) para obra concluída, ainda que em desacordo com o projeto aprovado.
 - (C) para obra em andamento, que possa ser utilizada independentemente da parte a concluir e não ofereça risco ou perigo aos ocupantes e satisfaçam os requisitos da Lei.
 - (D) para obra em andamento, desde que haja parecer prévio da Procuradoria do Município autorizando sua utilização por interesse social.
 - (E) para obra em andamento, desde que possível sua utilização e demonstrada a incapacidade econômica do proprietário em finalizar a construção.
- 79.** De acordo com a Lei Complementar nº 154/2008, Lei de Parcelamento do Solo, a Municipalidade de Presidente Prudente admitirá loteamento com característica de fechado desde que atenda, dentre outros requisitos, o seguinte:
- (A) não possua controle de fluxo de usuários, considerando que as vias são públicas e não há delegação de poder de polícia.
 - (B) não interferir no prolongamento das vias públicas classificadas na Lei do Sistema Viário Básico como sendo perimetrais, estruturais e coletoras.
 - (C) por sua característica, proporcione a execução de serviços de pavimentação, coleta de lixo, limpeza de áreas comuns e segurança.
 - (D) construa área de lazer, praças e vias para utilização de moradores e implemente transporte gratuito para moradores e usuários até suas portarias.
 - (E) obtenha autorização legislativa, por meio de sua associação de moradores, previamente instituída, para o fechamento de no máximo dois acessos de entrada e saída.
- 80.** Em se tratando de readaptação do servidor público municipal, conforme a Lei Complementar nº 168/2009, assinale a alternativa correta.
- (A) Poderá acarretar o aumento de vencimentos, se compatível com o novo cargo.
 - (B) Poderá ser proposta pelo chefe imediato do servidor, mediante parecer prévio da procuradoria municipal.
 - (C) A critério da Administração, poderá o servidor readaptado ser nomeado para cargo em comissão, atendida as condições legais.
 - (D) O servidor que não se readaptar à nova função, por duas vezes, deverá ser aposentado por invalidez.
 - (E) A readaptação deve preceder licença médica, nos casos em que a enfermidade não for incapacitante para a atividade laboral.

